

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013
(Do Sr. João Ananias)

Requer esclarecimentos junto ao Sr. Ministro Aloizio Mercadante solicitando informações e quais medidas foram ou serão tomadas sobre os reajustes das mensalidades escolares e das Universidades particulares.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações Sr. Ministro Aloizio Mercadante solicitando informações e quais medidas foram ou serão tomadas sobre os reajustes das mensalidades escolares e das Universidades particulares.

JUSTIFICAÇÃO

Ao nos aproximarmos do fim do ano e conseqüentemente do início do novo, a população brasileira se depara com o recorrente problema dos reajustes das mensalidades escolares e das Universidades particulares. Já comecei a receber manifestações de preocupações de alguns e de revolta de outros, em função das informações que começam a circular através da imprensa. A Folha de São Paulo, dia 13 último, publicou extensa matéria afirmando que as escolas de São Paulo preparam reajustes para 2014 maiores que a inflação oficial. O Banco Central prevê uma inflação em 2013 de 5,8%. A Folha fez pesquisa em 14 escolas paulistas e a correção das mensalidades vai variar de 6 a 11%.

Se levarmos em consideração que o ensino privado é uma concessão do poder público, constatamos que os mecanismos de controle são absolutamente tíbios, frágeis. Não podemos permitir que a Educação, área vital não apenas para o desenvolvimento da Nação, mas também para a boa formação do caráter de nossos jovens, fique boa parte dela, a reboque do lucro, tratada como mercadoria.

Temos que encontrar mecanismos de controle, não apenas sobre os reajustes das mensalidades, interesses diretos de nossa gente, mas também sobre a qualidade das escolas e

Universidades privadas, pela importância que a Educação, enquanto processo, representa para os interesses imediatos do Brasil.

Assim sendo, necessitamos de informações sobre quais medidas estão sendo adotadas para evitar o aumento abusivo das mensalidades.

Sala das Sessões, em de setembro de 2013.

Deputado JOÃO ANANIAS
PCdoB/CE